

Zélia envia ao Senado lista de saques

JORNAL DO BRASIL

Brasília — Jamil Rittor

bancários

BRASÍLIA — Quarenta minutos antes do prazo final, a ministra Zélia Cardoso de Mello enviou ontem ao Senado, através de dois funcionários do ministério da Economia, a relação de todas as pessoas que sacaram nos bancos, entre os dias 1º e 13 de março, quantias superiores a Cr\$ 1 milhão. Os funcionários chegaram de taxi, às 15h50, carregando oito pacotes destinados ao senador Jamil Haddad (PSB-RJ), autor do pedido à ministra, que ao entregar a lista livrou-se de um processo por crime de responsabilidade. As informações sobre o período de 15 de fevereiro a 1º de março serão entregues, no máximo, em trinta dias.

Auxiliado por dois advogados, Haddad começa a examinar, na manhã de hoje, as mais de mil operações bancárias contidas nos documentos, embrulhados em papel pardo e selados pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Se constatar irregularidades, pedirá a convocação de uma sessão secreta do Senado para comunicar o fato aos senadores e pedir a interferência do Ministério Público para processar os infratores. Preocupado com a segurança dos documentos, Haddad pediu ao presidente do Senado, Nelson Carneiro, que pusesse todos os pacotes num cofre, evitando, assim, a quebra do sigilo bancário. Foram guardados no maior cofre do Senado: o arquivo, no sub-solo, onde ficam documentos históricos, como as cartas do líder comunista Luis Carlos Prestes, recentemente divulgadas.

Porta-malas — Cercados por uma dezena de seguranças do Senado, Sérgio Nascimento, chefe de gabinete de Zélia, e Edson Garcia, assessor parlamentar do ministério, tiraram os oito pacotes do porta-malas do Opala TX 2667, que cobrou Cr\$ 200,00 pela corrida até o Congresso. Vieram diretamente do ministério, que recebeu, ao meio-dia, as informações do Banco Central. Num ofício entregue a Nelson Carneiro, a ministra Zélia garantiu



Haddad assinou e se responsabilizou pelos pacotes

que as informações sobre saques entre Cr\$ 500 mil e Cr\$ 1 milhão, feitos entre 15 de fevereiro e 15 de março, serão enviadas diretamente pelas instituições financeiras.

Haddad não reclamou, porque sua pesquisa dará prioridade aos saques acima de Cr\$ 2 milhões. A princípio, o senador se queixou muito do levantamento não incluir as operações efetuadas nos dias 14 e 15 de março, dias de feriado ban-

cário, porque suspeita que houve muitas operações irregulares nessas datas. Se elas fossem confirmadas, Haddad quebraria imediatamente o sigilo bancário para divulgá-las. Como essas datas não constavam dos pacotes, o senador supôs que as operações irregulares tenham sido datadas nos dias 12 e 13. Ele pretende dedicar atenção especial a esses dois dias.

Além de dar prioridade aos sa-

ques superiores a Cr\$ 2 milhões, Haddad examinará, em primeiro lugar, todas as operações efetuadas por parentes e amigos de membros do governo. Todos os empresários que contribuíram para a campanha do presidente Fernando Collor de Mello também serão alvo de um exame preliminar. O senador disse que recebeu informação de que um empresário ligado ao presidente sacou Cr\$ 650 milhões, no dia 12 de março. Mas negou que tenha uma detalhada lista sobre saques de valores altos.

Seqüestro — “O governo é o primeiro interessado na investigação. Mas a nossa presunção é que não houve vazamento de informações”, garantiu o líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira, ao informar Haddad que os documentos chegariam às 17h30. Preocupado com o sigilo bancário, José Ignácio reforçou o pedido de um cofre e de agentes de segurança que zelassem dia e noite pelos papéis enviados pelo ministério. O senador Ney Maranhão (PRN-PE) provocou gargalhadas no plenário do Senado ao alertar Haddad que por ser “detentor de papéis tão importantes”, poderia ser vítima de um seqüestro.

“Quem está na chuva, está para se molhar”, disse Haddad. Mas foi advertido por vários senadores que o sigilo dos documentos não pode ser violado. Nelson Carneiro transmitiu um recado muito especial: o procurador-geral da República, Aristides Junqueira de Alvarenga, telefonou, na última quinta-feira, manifestando sua preocupação com a possível divulgação de informações confidenciais. “Ele realmente estava preocupado”, alertou Carneiro a Haddad. Havia expectativa entre governistas que o procurador entrasse com um pedido de inconstitucionalidade sobre o envio dos documentos ao Legislativo, em função do sigilo bancário. Assessorres do procurador acham que não cabe ação, porque não se trata de ato normativo do Senado, mas um pedido de informações.